

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de junho de 2019 às 07h46
Seleção de Notícias

R7 | BR

Marco regulatório | Anvisa

STF julga hoje obrigação do Estado de bancar remédio de alto custo	3
--	---

DO R7

Abipti | BR

12 de junho de 2019 | Inovação

Audiência ressalta importância dos parques tecnológicos para inovação	6
---	---

Jornal do Senado | BR

12 de junho de 2019 | Marco regulatório | INPI

Especialistas falam da falta de recursos para modernização da agricultura - Senado Notícias ...	9
---	---

SRZD | Sidney Rezende | RJ

12 de junho de 2019 | Marco regulatório | INPI

Protocolo de Madri: importante para o Brasil?	10
---	----

STF julga hoje obrigação do Estado de bancar remédio de alto custo



Caso envolve fármacos que não estão na lista do Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional do Ministério da Saúde

Diariamente, centenas de brasileiros recorrem à Justiça para tentar garantir que o Estado forneça-lhes medicamentos os quais não teriam condições de comprar.

Um julgamento previsto para esta quinta-feira (13) no STF (Supremo Tribunal Federal) deve pavimentar juridicamente o caminho para quem depende desses remédios, que não constam na lista do Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional do Ministério da Saúde.

Na pauta, um processo com repercussão geral que obriga o Estado do Rio Grande do Norte a pagar por um medicamento de uma empregada doméstica, portadora de uma hipertensão pulmonar.

"A depender do resultado, a decisão do STF vai dar mais embasamento e uma jurisprudência mais sólida. Muitas vezes, hoje a Justiça em relação aos medicamentos de alto custo é sorte", diz a advogada especializada em direito à saúde Renata Vilhena, que há uma década trabalha com esse tipo de ação.

Ela aposta que na ação desta quinta-feira o Supremo

decidirá pelo fornecimento dos remédios.

"Se o medicamento está registrado na [Anvisa](#) [[Agência](#) Nacional de Vigilância Sanitária] e é comercializado no Brasil, é porque tem eficácia e necessidade de comercialização. Se não está na lista do SUS, por questão econômica, financeira, mas não há outro substituto, o Estado tem que entregar. A Constituição fala claramente do direito à saúde e à vida."

A Procuradoria-Geral Estado do Rio Grande do Norte, que recorreu ao STF, após a Justiça obrigar o custeio do tratamento em duas decisões, alega que há prejuízo de outros cidadãos em detrimento de um único indivíduo.

"A sensibilidade dos magistrados expressa no atendimento aos reclamos de autores de ações que visam à concessão de medicamentos é louvável. Ocorre que eles estão esquecendo que, ao beneficiarem uma única pessoa com suas decisões, estão prejudicando muitas outras, pois o Estado está destinando os recursos previstos para fazer face às políticas universais de saúde ao cumprimento das decisões judiciais que determinam o fornecimento individualizado de medicamentos extremamente caros, de até mais de R\$ 20.000,000 (vinte mil reais) cada caixa, como no presente caso", sustenta.

Mãe de um garoto com atrofia muscular espinhal (AME), Fátima Braga luta na Justiça para conseguir um medicamento que custaria mais de R\$ 2 milhões por ano.

Como presidente da Abrame (Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal), ela esteve com a ministra Cármen Lúcia e diz acreditar que o Supremo será sensível em relação ao assunto.

"A postura dela [ministra], e que eu acho que ela conseguiu conduzir com os colegas, é a de realmente o

Continuação: STF julga hoje obrigação do Estado de bancar remédio de alto custo

paciente ter acesso [aos medicamentos]. Eu acredito que eles vão dar o direito aos pacientes."

Apesar disso, Fátima se queixa das dificuldades que familiares de pessoas com doenças raras, com a AME, têm de enfrentar.

"Nós não temos pena de morte no Brasil, mas infelizmente as crianças com atrofia muscular espinhal estão tendo sim. Condenadas pelo Ministério da Saúde. Porque se tem tratamento e elas não conseguem ter acesso, estão condenadas."

Fátima cita o caso de uma mãe que conseguiu há mais de seis meses uma liminar na Justiça para que o governo pague pelo medicamento, o Spinraza. Apesar da decisão favorável, a menina de dois anos ainda não recebeu a primeira injeção.

"Se tivesse feito o tratamento com um ano e meio, ela estaria com a evolução [da doença] bloqueada", afirma ela, pontuando dificuldades do Estado para cumprir decisões judiciais.

O SUS disponibiliza o Spinraza para pacientes com AME tipo 1, com "diagnóstico genético confirmatório que não estejam em ventilação mecânica invasiva permanente" desde 24 de abril deste ano, o que Fátima questiona.

Normalmente, a criança já precisa de respiração mecânica antes mesmo de conseguir realizar o exame que dá o diagnóstico, o que a excluiria das condições necessárias para receber o medicamento, segundo ela.

Ela ressalta ainda o fato de ter que haver exame genético comprovando a doença, sendo que o SUS não oferece esse exame.

Nesta quarta-feira (12), o governo estendeu o tratamento com Spinraza a pacientes com os tipos 2 e 3 da doença. Segundo o Ministério da Saúde, essas novas incorporações serão as primeiras com compartilhamento de risco. Nessa modalidade, o governo só paga pelo remédio caso a saúde do paciente melhore.

Já a advogada Tania Brunhera Kowalski vê com ceticismo a aplicação da lei em relação ao fornecimento de medicamentos.

O Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional do Ministério da Saúde obriga o Estado a disponibilizar os remédios para o tratamento de transplantados, portadores de insuficiência renal crônica, esclerose múltipla, hepatite viral crônica B e C, epilepsia, esquizofrenia refratária e de doenças genéticas como fibrose cística e a doença de Gaucher.

No entanto, ela relata que uma cliente em São Paulo está desde fevereiro sem o medicamento para hepatite B, que custaria em torno de R\$ 2.500 por mês se fosse comprado na farmácia.

"Ela recebe um salário mínimo por mês, não tem como pagar. [...] Hoje a gente está vivendo uma situação de pessoas que já recebiam medicamento pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e deixaram de receber. Eles esperam acabar o estoque para depois fazer uma nova licitação."

Medicamentos sem registro STF decidiu em maio sobre remédios sem registro José Cruz/Agência Brasil

No fim de maio, o STF havia votado um caso que desobriga o Estado a **fornecer** medicamentos que não estejam registrados na **Anvisa**.

Continuação: STF julga hoje obrigação do Estado de bancar remédio de alto custo

Com isso, juízes de todo o país podem usar essa justificativa para negar ações judiciais.

Entretanto, há exceções. Os ministros entenderam que é possível, excepcionalmente, a Justiça autorizar o fornecimento desde que haja demora da **Anvisa** em conceder o registro da substância; que o medicamento tenha registro em renomadas agências de regulação no exterior; e que não exista substituto no Brasil.

Além disso, quem quiser medicamentos sem registro na **Anvisa** deverá ingressar com ação contra a União e não mais contra Estados ou municípios.

Fernando Mellis, do R7

Audiência ressalta importância dos parques tecnológicos para inovação



As atuais condições e os desafios dos parques tecnológicos do Brasil foram conhecidos pelos senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) nesta quarta-feira (12). Os parques são espaços onde se concentram empresas, universidades, incubadoras de negócios, centros de pesquisa e laboratórios para criar um ambiente favorável à **inovação** tecnológica.

No Brasil, segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), dos 103 parques tecnológicos, 43 estão em operação, 37 estão sendo implantados e 23 encontram-se em fase de projeto. A maioria deles está nas Regiões Sul e Sudeste (78). Há nove no Nordeste, dez no Centro-Oeste e seis na Região Norte. Eles reúnem 1.337 empresas instaladas, 38.365 empregos diretos, 2.950 mestres e 1,1 mil doutores ligados às universidades envolvidas.

A superintendente da Anprotec, Sheila Pires, destacou que os parques tecnológicos precisam de políticas públicas eficazes. Ela explicou que, como nos demais países, há uma forte dependência do poder público, mas a participação da iniciativa privada precisa ser crescente para que eles sobrevivam.

É o que se vê no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp. Ele recebe de startups a empresas de grande porte, como IBM, Motorola e Samsung. Há tam-

bém sete laboratórios de pesquisas de grandes empresas. De acordo com o diretor do parque, Eduardo Amaral, o sucesso dos empreendimentos é transformar pesquisa em inovação.

- Conhecimento só funciona se virar inovação. E a capacidade de gerar inovação é cumulativa, como se fosse uma espiral que precisa envolver da maneira correta os atores num dado ambiente e numa base que vai se retroalimentando. Inovação precisa de interação num ambiente pensado para isso, para que as pessoas se encontrem e troquem informação.

Também dessa forma pensa o diretor de desenvolvimento de negócios do Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP), Elso Alberti Junior. Na opinião dele, o Brasil ainda está aquém do esperado na criação e venda de inovação. Apesar de ser a oitava maior economia do mundo e ocupar o 13º lugar em pesquisas acadêmicas, ainda é apenas o 64º lugar em inovação.

- Inovação é o que chega ao mercado e vende, gera riqueza e tributo. Os parques precisam transformar o conhecimento e a pesquisa acadêmica em serviço e produto e processos de alto valor agregado para que cheguem ao mercado. Quando isso acontece, temos inovação.

Ele contou como o projeto do Parque Tecnológico de São José transformou a cidade e ajudou a melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), hoje acima de 0.8.

- Tudo começou com a ideia de fazer aviões e alta tecnologia. Com o apoio do governo do estado e principalmente da prefeitura, o parque tecnológico tem foco de integração da universidade com as empresas, mas também temos uma série de ações pelo empreendedorismo e pela competitividade industrial.

Continuação: Audiência ressalta importância dos parques tecnológicos para inovação

Ele contou que hoje há 300 empresas e instituições vinculadas ao parque de São José, 94 delas associadas ao Cluster Aeroespacial e Defesa.

Fuga de cérebros

Um dos grandes desafios das universidades e empresas de tecnologia e inovação brasileiras é conseguir absorver os profissionais formados no mercado nacional, evitando o êxodo para países considerados mais atrativos por causa de oportunidades na carreira e salários mais vantajosos. Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Jorge Audy disse que é preciso haver uma tentativa massiva de reversão do processo conhecido como "fuga de cérebros".

- Os países que recebem nossos melhores talentos aplicam mais de 2% do PIB em ciência, tecnologia e inovação. Hoje no imaginário dos nossos jovens mais brilhantes a expectativa de sucesso na carreira não está mais no Brasil. É preciso reverter esse quadro drasticamente.

Para ele, o Brasil ainda está se desenvolvendo ainda nos padrões dos séculos 19 e 20. Embora seja positiva a produção agropecuária e a exportação de commodities, é lamentável ver o PIB subir ou descer de acordo com as chuvas e a safra, diz. Audy também lamentou as vagas abertas nas empresas, sem que haja pessoal qualificado para preenchê-las.

Representante do Tecnopuc (Parque Científico e Tecnológico da PUC-RS) na audiência, Audy contou que os primeiros anos do parque foram voltados para consolidar o empreendedorismo entre os estudantes. Foram geradas 250 startups. A meta, para os próximos dez anos, é gerar mil. Hoje são 171 organizações instaladas no parque, 7,1 mil pessoas empregadas. Lá existem centros de capacitação das empresas Apple e Microsoft, além do Centro Tecnológico Audiovisual do RS (Tecna), que abrirá no final do ano estrutura de produção e pós-produção de

conteúdos digitais criativos inclusive para a elaboração de games.

- E não estamos falando só de informática. Quando uma startup cria um kit para diagnosticar câncer de maneira precoce num dos nossos parques e aquilo é aplicado no hospital universitário ou no SUS, nós estamos inovando e estamos salvando a vida de alguém.

Encontrar talentos e investir em pessoas também foi o tom adotado pelo diretor-adjunto do Parque Tecnológico Metrópole Digital, Rodrigo Romão do Nascimento. Localizado no Rio Grande do Norte, o parque é resultante de um reposicionamento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em meio a um novo paradigma de formação de talentos humanos, dando mais peso ao empreendedorismo ainda na formação acadêmica do estudante.

Ele destacou a posição estratégica do parque tecnológico, nos arredores da UFRN, e os benefícios concedidos às empresas baseadas no local: redução de ISS, IPTU e ICMS. Caso a empresa compre imóvel no Metrópole Digital, tem redução na taxa de transferência.

- São atualmente 43 empresas credenciadas ao parque. Aproximadamente 700 postos de trabalho em tecnologia da informação.

Na audiência, o senador Flávio Arns (Rede-PR) lembrou a atuação dos parques de Israel, que é um país com vários desafios em termos de terreno e solo, mas desenvolveu-se muito por causa do investimento em pesquisa e inovação. Ele também destacou a importância de começar o investimento ainda no ensino fundamental, quando as crianças têm, por exemplo, acesso aos fundamentos da robótica.

Já o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) comentou desafios sociais que podem ser solucionados por inovação. Policial de carreira, ele destacou a ne-

Continuação: Audiência ressalta importância dos parques tecnológicos para inovação

cessidade, por exemplo, de ferramentas de reconhecimento facial.

- A segurança pública pode ter serviços mais eficientes em tecnologia de maneira menos onerosa para o Estado e nos serviços públicos - afirmou.

Fonte: Agência Senado

O post Audiência ressalta importância dos parques tecnológicos para inovação apareceu primeiro em ABIPTI.

Especialistas falam da falta de recursos para modernização da agricultura - Senado Notícias

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debateu em audiência pública, nesta quarta-feira (12), os impactos negativos da indústria, principalmente da química, no agronegócio. O debate requerido pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) tratou da necessidade de modernização do agronegócio brasileiro e da possibilidade do uso de agrotóxicos genéricos para baratear os custos da produção nacional.

O presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), Saulo da Costa Carvalho, defendeu o uso de agrotóxicos genéricos para reduzir os custos na agricultura. Segundo ele, apesar dos genéricos serem uma boa opção, há carência de pesquisadores para a aprovação do uso desse tipo de produto.

- A inovação tem que ser uma opção, que valham você fazer esse aporte maior, como genérico, como os similares. Qual é o nosso problema na análise? O número reduzido de pesquisadores, porque ele só pode ser feito por pesquisadores mesmo - avaliou.

O senador Lasier Martins concordou que faltam recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias

no campo.

- Mas temos pouca oportunidade de ingressar no ramo das novas tecnologias por dificuldades que são conhecidas em todos os setores do Brasil. Faltam recursos - admitiu.

Já o representante do Ministério da Agricultura Rafael Mafra rebateu as críticas de que há uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil. Ele ressaltou que esses produtos passam pela aprovação de vários órgãos reguladores antes de serem comercializados.

- Não existe o uso indiscriminado. No último exame que a **Anvisa** fez, em 2015, houve apenas 3% de uso não autorizado de agrotóxico. A quantidade de agrotóxico presente nos alimentos é segura para o ser humano e para o meio ambiente - argumentou.

Os participantes da audiência também destacaram a necessidade de que sejam tomadas medidas para diminuir a fila de produtos do agronegócio que aguardam pelo **registro** de patente.

Da Rádio Senado

Protocolo de Madri: importante para o Brasil?



Foto: Divulgação

Análise Jurídica

O Dannemann Siemsen é um escritório com 119 anos de atuação, reconhecido como líder em Propriedade Intelectual na América Latina e referência em Direito Empresarial e Estratégico. Atua em todo o mundo, englobando a advocacia cível e criminal de excelência, cobrindo diversas áreas do Direito e todos os segmentos da indústria. São ao todo 72 sócios, mais de 280 advogados e uma extensa equipe de Agentes da Propriedade Industrial, distribuídos nos escritórios do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

O Protocolo de Madri é um tratado internacional criado em 1989 que busca facilitar o registro de marcas em diversos países e que somente em 2019 será adotado pelo Brasil. A demora na adoção deste tratado não surpreende, já que o Brasil, apesar de ser uma democracia estável, ainda é um país "fechado" em relação à economia. Para empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil e empresas brasileiras que já exportam para outros países, o Protocolo pode significar uma bem-vinda redução de custos. Já para empreendedores que queiram expandir seus negócios para o mercado internacional, pode representar grande incentivo pela facilidade e menor custo para proteger a marca no exterior.

O brasileiro tem uma destacada vocação empreendedora, reforçada pelo altíssimo desenvolvimento do mercado de franquias no país e pela quantidade de empresas brasileiras de mé-

dio/grande porte que estabeleceram rede de franquias em diversos países, em especial naqueles de língua portuguesa e espanhola. Vale lembrar que, por diversas vezes, empresários chegam ao mercado externo sem ter protegido adequadamente a marca dos produtos ou serviços exportados, o que pode elevar muito o custo do negócio no exterior, pois terão que arcar com um valor significativo para a recuperação da marca ou para o desenvolvimento de uma nova identidade.

No geral, o país só tem a ganhar com a adoção do Protocolo de Madri, o que também nos coloca na vanguarda do sistema internacional de proteção e registro de marcas.

O mesmo entendimento vale para a empresa estrangeira que deseja investir no Brasil. Quando as multinacionais ou empreendedores estrangeiros decidirem registrar marcas internacionais, passarão a incluir o Brasil no projeto inicial, pois o depósito único para vários países por meio do sistema do Protocolo deve facilitar a organização e baratear o custo para a empresa.

Alguns conflitos podem ser gerados em razão da diferença entre dispositivos do Protocolo de Madri e a lei brasileira que regula os direitos de propriedade industrial, na seção de proteção às marcas. Para evitar a judicialização de tais conflitos, é importante alterar a lei nacional para que haja simetria entre os estrangeiros que utilizam o sistema do Protocolo (para registrar suas marcas no Brasil) e o usuário brasileiro que deposita seus pedidos de registros de marca diretamente no **INPI** (**Instituto** Nacional de Propriedade Industrial).

No geral, o país só tem a ganhar com a adoção do Pro-

Continuação: Protocolo de Madri: importante para o Brasil?

toloco de Madri, o que também nos coloca na vanguarda do sistema internacional de proteção e registro de marcas. Para os escritórios brasileiros especializados em Propriedade Industrial, será uma nova e rica experiência assessorar empresas nacionais e estrangeiras no uso do sistema.

critório Dannemann Siemsen

*Peter Eduardo Siemsen é advogado e sócio do es-

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3, 9

Inovação
6

Marco regulatório | INPI
9, 10

Patentes
9